

ATUAÇÃO PARLAMENTAR

Na terça-feira (3/10), a Anamatra entregou, durante audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH), moção pública que defende a competência da Justiça do Trabalho para apreciar pedidos de autorização relativos à participação de crianças e adolescentes em representações artísticas. O documento, de autoria do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), do qual faz parte a Anamatra, foi entregue pela vice-presidente, Noemia Porto, e pelo diretor de Assuntos Legislativos da entidade, Paulo Boal.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL DO TETO REMUNERATÓRIO (PL 6726/2016)

Dia 03/10/2017, terça-feira, às 14h30 – Plenário 06

A - Audiência Pública: "Discussão do PL 6.726 de 2016".

Convidados:

Sandro José Neis - Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça;

Pedro Carlos Bitencourt Marcondes - Presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça;

(Requerimento nº 2/17, do Deputado Rubens Bueno (PPS/PR)).

Resultado: realizada. Leia [aqui](#).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJ)

Dia 03/10/2017, terça-feira, às 14h30 - Plenário 01

29 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 411/14 - do Sr. Washington Reis - que "dá nova redação ao § 9º do art. 37 da Constituição, **para estender aos grupos que especifica a aplicação do limite remuneratório previsto no inciso XI do art. 37 da Constituição**".

RELATOR: Deputado PAULO MAGALHÃES.

PARECER: pela admissibilidade, com emenda supressiva saneadora.

Resultado: **rejeitado o parecer do relator**. Designada relatora do vencedor, dep. Cristiane Brasil (PTB-RJ). Parecer vencedor, dep. Cristiane Brasil (PTB-RJ. Verificação de votação do parecer vencedor da relatora solicitada pelo deputado Maia Filho, vice-líder do bloco PP, avante, em razão do resultado, em votação simbólica, proclamado pela mesa: "aprovado o parecer, com votos contrários dos deputados Maia Filho e Paulo Magalhães". Passou-se à votação pelo processo nominal. **Aprovado o parecer vencedor da dep. Cristiane Brasil, com o seguinte resultado: sim: 37; não: 0; abstenção: 0**; total de votos válidos: 37. Apresentaram votos em separado os deputados Giovani Cherini, Osmar Serraglio, Gonzaga Patriota, Rodrigo Pacheco, Altineu Côrtes e Maia Filho. O parecer do relator, dep. Paulo Magalhães, passou a constituir voto em separado.

Dia 04/10/2017, quarta-feira, às 14h30 - Plenário 01

Audiência Pública: Debater o Projeto de Lei nº 4.982/2016, que "dispõe sobre os **juizados Especiais Cíveis e Criminais".** Convidados:

Convidados:

- 1) Júlio Ferreira de Andrade, Representante do Conselho Nacional de Justiça - CNJ;
- 2) Ricardo Cunha Chimenti, Representante da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB;
- 3) Maria do Carmo Honório, Representante do Fórum Nacional de Juizados Especiais - FONAJE;
- 4) Estefânia Ferreira de Souza de Viveiros, representando o Sr. Cláudio Lamachia, Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB;
- 5) Francisco Guilherme, Representante do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;
- 6) Victória Amália de Barros Carvalho Gozdawa de Sulocki, Representante do Instituto dos Advogados Brasileiros - IAB;
- 7) Mário Luiz Delgado, Representante do Instituto dos Advogados de São Paulo - IASP;
- 8) Marcelo Adamek, Representante da Associação dos Advogados de São Paulo - AASP;
- 9) Roberto Carvalho Veloso, Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil - AJUFE; e
- 10) Alexandre Chini Neto, Juiz de Direito do 1º Juizado Cível de Niterói.

Resultado: realizada.

Dia 05/10/2017, quinta-feira, às 09h - Plenário 01

52 - PROJETO DE LEI Nº 2.124/15 - do Sr. Carlos Manato - que "inclui Parágrafo único no art. 790-B no Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, que "Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho", para dispor **sobre a responsabilidade da União pelos honorários periciais** quando a parte sucumbente no objeto da perícia for beneficiária de justiça gratuita".

RELATOR: Deputado BENJAMIN MARANHÃO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emenda.

Resultado: leitura do parecer do relator, deputado Benjamin Maranhão, pelo deputado Alessandro Molon. **Aprovado o parecer.** Será aberto prazo de 5 sessões para apresentação de recurso, contra apreciação conclusiva da matéria, caso não haja, a matéria vai ao Senado Federal.

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (CPD)

Dia 04/10/2017, quarta-feira, às 15h - Plenário 13

A - Audiência Pública: Debate sobre a Situação dos Trabalhadores Lesionados.

Convidados:

- Orion Sávio Santos de Oliveira - presença confirmada - Analista Técnico de Políticas Sociais - Secretaria da Previdência/Ministério da Fazenda;

- Evandro Diniz Cotta - presença confirmada - Coordenador-Geral de Monitoramento dos Benefícios por Incapacidade - Secretaria da Previdência/Ministério da Fazenda;
- Representante do Ministério Do Trabalho;
- Adriana Barufaldi - presença confirmada;
- Representante do SENAI e do SESI;
- Paulo Francisco Coelho Soares - presença confirmada - Médico Ortopedista e Presidente da Associação em Defesa dos Lesionados no Trabalho (ADLT);
- Fábio Antônio da Silva - presença confirmada - Vice-Presidente da Associação em Defesa dos Lesionados no Trabalho (ADLT).

Resultado: realizada.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)

Dia 04/10/2017, quarta-feira, às 10h – Plenário 12

2 - REQUERIMENTO Nº 288/17 - do Sr. Orlando Silva - que "requer a concordância dos Senhores Membros para a divisão do Projeto de Lei nº 6.665/2016, tendo em vista que os arts. 1º ao 3º contidos nesta proposição, tratam de matéria estranha à competência desta Comissão".

Resultado: aprovado. O projeto será devolvido para a Secretaria Geral da Mesa, para desmembramento e novo despacho.

6 - PROJETO DE LEI Nº 5.304/16 - do Sr. Ronaldo Martins - que "altera a Lei nº. 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), para permitir o saque do saldo quando a mulher trabalhadora estiver em situação de violência doméstica, na forma que indica".

RELATOR: Deputado ROBERTO DE LUCENA.

PARECER: pela aprovação deste e do Substitutivo adotado pela CMULHER, com Subemendas. (Avulso Nº 200)

Resultado: aprovado. Matéria tramita em regime de urgência. Matéria segue à CFT.

20 - PROJETO DE LEI Nº 6.285/16 - do Sr. Augusto Carvalho - que "acrescenta o inciso III, no artigo 1º, da Lei 11.770 de 9 de setembro de 2008, que cria o Programa Empresa Cidadã, destinado a prorrogar a licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991".

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Trata da ampliação da estabilidade provisória gestacional.

RELATORA: Deputada FLÁVIA MORAIS.

PARECER: pela aprovação.

Vista ao Deputado Augusto Coutinho, em 07/06/2017.

Resultado: aprovado por unanimidade o parecer. Matéria vai à CSSF.

21 - PROJETO DE LEI Nº 6.387/16 - do Sr. Carlos Bezerra - que "altera a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, que "Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências", para facultar às empresas manter simultaneamente mais de um programa de distribuição de lucros e resultados".

RELATOR: Deputado LUCAS VERGILIO.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

Vista ao Deputado Vicentinho, em 05/09/2017.

Resultado: designado relator substituto, dep. Leonardo Monteiro (PT-MG). Parecer do relator, dep. Leonardo Monteiro (PT-MG), pela aprovação, com substitutivo. Discutiu a matéria o dep.

Assis Melo (PCdoB-RS). Rejeitado o parecer. Designado relator do vencedor, dep. Assis Melo (PCdoB-RS). **Parecer vencedor, dep. Assis Melo (PCdoB-RS), pela aprovação do projeto de lei. Aprovado por unanimidade o parecer vencedor do dep. Assis Melo.** O parecer do relator substituto, dep. Leonardo Monteiro, passou a constituir voto em separado. Matéria vai à CDEICS.

Dia 05/10/2017, quinta-feira, às 9h30 – Plenário 12

Audiência Pública Conjunta (CTASP e CLP) - Debater a conjuntura política da segurança e medicina do trabalho.

Convidados:

- **Ronaldo Nogueira, Ministro do Ministério do Trabalho;**
- **Adilson Gonçalves de Araújo, Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB;**
- **Vagner Freitas, Presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT;**
- Representante da Sociedade Brasileira de Engenharia de Segurança - SOBES;
- Flávio Correia de Souza, Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal - CREA/DF;
- Silvana Palmeira, Presidente da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros - FISENGE;
- Pedro Celestino, Presidente do Clube de Engenharia/DF;
- **Marcelo Abi-Ramia Caetano, Secretário da Secretaria de Previdência Social;**
- José Tadeu Da Silva, Presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA;
- Carlos Vital Tavares Corrêa Lima, Presidente do Conselho Federal de Medicina;
- **Claudio Ferreira Santos, 1º Secretário de Segurança do Trabalho da Central dos Sindicatos Brasileiros;**
- Washington a. Dos santos (maradona), Diretor do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo;
- Gerson Tertuliano, Presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado de Goiás - SENGE.

Resultado: realizada.

CONTROLE DE PROPOSIÇÕES

[INC 4021/2017](#)

Autor: Hissa Abrahão - PDT/AM

Data da apresentação: 04/10/2017

Ementa: Alude a liberação de recursos orçamentários para a implantação e Modernização de Infraestrutura Esportiva no Município de Anamá no estado do Amazonas.

Situação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

[PL 8806/2017](#)

Autor: Senado Federal

Data da apresentação: 05/10/2017

Ementa: Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para prever que as despesas com o sistema de monitoração eletrônica sejam ressarcidas ao Estado pelo condenado.

[PL 8793/2017](#)

Autor: Rogério Silva - PMDB/MT

Data da apresentação: 04/10/2017

Ementa: Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, **para dispor sobre o dano moral coletivo** decorrente das relações de trabalho.

Situação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

[PL 8776/2017](#)

Autor: Marco Maia - PT/RS

Data da apresentação: 04/10/2017

Ementa: Acrescenta § 3º ao art. 47 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e revoga seus §§ 1º e 2º para dispor sobre multas por falta de registro de empregados. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 5452 de 1941.

Situação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

[PL 8774/2017](#)

Autor: Nilto Tatto - PT/SP

Data da apresentação: 04/10/2017

Ementa: Altera dispositivo da Lei no 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil. Explicação: Para estabelecer norma de caráter geral segundo a qual incumbirá às partes efetuar o pagamento das taxas ou custas judiciais somente após o trânsito em julgado da decisão final.

Situação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

[PL 8773/2017](#)

Autor: Nilto Tatto - PT/SP

Data da apresentação: 04/10/2017

Ementa: Dispõe sobre a uniformização do processo eletrônico em todos os tribunais do o País.

Situação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

[PL 8766/2017](#)

Autor: Erika Kokay - PT/DF

Data da apresentação: 04/10/2017

Ementa: Altera e revoga os dispositivos relacionados ao trabalho intermitente, introduzidos à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Explicação: Altera o Decreto-lei nº 5.452, de 1943.

Situação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

[PL 8737/2017](#)

Autor: Carlos Bezerra - PMDB/MT

Data da apresentação: 03/10/2017

Ementa: Estabelece a obrigatoriedade de pagamento de honorários advocatícios por fornecedores reincidentes. Explicação: Altera a Lei nº 8.078, de 1990.

Situação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

[REQ 7365/2017 => PL 8347/2017](#) (prerrogativas da OAB)

Autor: Fernando Monteiro - PP/PE

Data da apresentação: 03/10/2017

Ementa: **Requer a revisão de despacho** inicial aposto ao PL nº 8.347/2017, da Câmara dos Deputados, para que a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprecie sobre o mérito.

Situação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

TRAMITAÇÕES

[PL 3831/2015](#) - Estabelece normas gerais para a negociação coletiva na administração pública direta, nas autarquias e nas fundações públicas dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Andamento: prazo para apresentação de recurso, nos termos do § 1º do art. 58 combinado com o § 2º do art. 132 do RICD (5 sessões a partir de 05/10/2017)

[PL 704/2015](#) - Inclui dispositivos na Lei nº 8.906, 04 de julho de 1994, e dá outras providências. Explicação da ementa: Insere nos direitos dos Advogados o porte de arma de fogo para defesa pessoal.

Andamento: Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CCJC, pelo Deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), na CCJ, pela ela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

[PL 6038/2016](#) - Acrescenta o artigo 72-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para dispor sobre o direito à desconexão do trabalho.

Andamento: Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CTASP, pelo Deputado Daniel Vilela (PMDB-GO), na CTASP, pela rejeição.

[PL 5162/2016](#) - Acresce dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o trabalho de menores aprendizes nas cooperativas da agricultura familiar.

Andamento: Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Marco Maia (PT-RS), na CCJ, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

[PL 5511/2016](#) - Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Andamento: Prazo para apresentação de recurso, nos termos do § 1º do art. 58 combinado com o § 2º do art. 132 do RICD (5 sessões a partir de 05/10/2017).

[PL 5101/2013](#) - Lei que dispõe sobre a condenação em honorários na justiça do trabalho e condenação por má fé.

Andamento: apresentação do Requerimento de Retirada de proposição de iniciativa individual n. 7380/2017, pelo Deputado Laercio Oliveira (SD-SE), que: "Solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 5.101/2013".

[PL 4876/2016](#) - Altera o art. 139 da Consolidação das Leis do Trabalho para permitir a concessão de férias coletivas em até três períodos.

Andamento: Devolvida pelo Relator sem Manifestação, na CTASP.

[PL 5337/2013](#) - Acrescenta § 3º ao art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para incentivar a contratação de aprendizes.

Andamento: Devolvido ao Relator, Dep. Lucas Vergilio (SD-GO), para manifestar-se a respeito do PL 8.571/17, apensado, na CTASP.

SENADO FEDERAL

PLENÁRIO

Dia 03/10/2017, terça-feira, às 14 horas – Sessão Ordinária Deliberativa

1 - OFÍCIO Nº S/70, DE 2017 - **Supremo Tribunal Federal** - Encaminha ao Senado Federal decisão da Primeira Turma daquela Corte, proferida na sessão realizada em 26 de setembro de 2017, nos autos da Ação Cautelar nº 4.327.

Resultado: Aprovado o Requerimento nº 839, de 2017, de adiamento da votação para o dia 17/10/2017. Sim: 50; Não: 21; Abstenção: 0; Total: 71.

Dia 04/10/2017, quarta-feira, às 14 horas - Sessão Ordinária Deliberativa

(PARA CONHECIMENTO)

3. PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 30, DE 2017 - Presidência da República - (Discussão, em turno único) - **Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.** Parecer nº 1, de 2017, da Comissão Mista, Relator: o Senador Flexa Ribeiro e Relator-Revisor: Deputado Cleber Verde, favorável à matéria, nos termos do Projeto de Lei de Conversão que apresenta. (Lido no Senado Federal no dia 28.09.2017) (Sobrestando a pauta a partir de 15.07.2017) (Prazo final prorrogado: 11.10.2017)

Resultado: Aprovado o Projeto de Lei de Conversão, com impugnação do parágrafo único do artigo 35 e com adequação redacional, ressalvado o destaque. Sim: 40; Não: 24; Abst.: 1; Total: 65. Aprovado o inciso V do artigo 22 do PLV, destacado. A matéria vai à sanção.

(PARA CONHECIMENTO)

6. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 513, DE 2013 - Senador Renan Calheiros - (Discussão, em turno único) - Altera a Lei de Execução Penal (decorrente de anteprojeto apresentado pela Comissão de Juristas criada para propor a atualização da LEP). Parecer sob nº 103, de 2017-CCJ, Relator ad hoc: Senador Antonio Anastasia, favorável ao Projeto e contrário às Emendas nºs 1 e 3-Plen; e 7, 17, 23, 24 e 25-CCJ, e pelo acolhimento das demais, nos termos da Emenda nº 37-CCJ (Substitutivo), que oferece.

Resultado: Aprovada a Emenda nº 37-CCJ (Substitutivo). Aprovada a Emenda nº46-Plen, em turno suplementar. A matéria vai à Câmara dos Deputados.

Dia 05/10/2017, quinta-feira, às 9 horas - Sessão Especial

Celebrar o "Dia Nacional da Micro e Pequena Empresa".

Resultado: realizada.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (CDH)

Dia 02/10/2017, segunda-feira, às 14h – plenário 06

Assunto / Finalidade: Debater sobre o tema: "**Conquistas da LEI DA APRENDIZAGEM: Estratégias, Oportunidades e Potencialidades ao Protagonismo do Infantojuvenil**".

Requerimento de realização de audiência: - RDH 119/2017, Senador Paulo Paim

Participantes:

- Douglas Soares Teles de Oliveira - Gerente de Relacionamento Institucional do Instituto Brasileiro Pró Educação - ISBET
- Margaret Matos de Carvalho - Procuradora do Trabalho da 9ª Região - Ministério Público do Trabalho
- **Fabiano Coelho de Souza - Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho – TST**
- José Ricardo - Secretário Especial da Micro e Pequena Empresa do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC
- Patrícia Amaral - Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Estado do Trabalho - FONSET
- Geraldo Oliveira - Diretor da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação - SETEC/MEC
- Higino Brito Vieira - Diretor de Políticas de Empregabilidade - Ministério do Trabalho - MTE
- Larissa Manoela - Embaixadora do Programa Jovem Aprendiz
- Mafra Merys - Conciliadora da Justiça Federal e Presidente dos Clubes Unesco - ISEEI/BFUCA
- Thiago Menezes Siqueira - Coordenador-Geral de Relações Institucionais da Secretaria Nacional da Juventude
- Beatriz Vitória da Silva - Jovem Aprendiz do Senado Federal

Resultado: realizada.

Dia 03/10/2017, terça-feira, às 14h – plenário 02

Audiência Pública Interativa para Instruir o **PLS 231/2015, que altera o art. 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente para dispor sobre a participação artística, desportiva e afim.**

Convidados:

- **Rafael Dias Marques - Procurador do Trabalho - Chefe de Gabinete do Procurador-Geral do Trabalho – MPT;**
- Sandra Regina Cavalcante - Professora da Universidade de São Paulo – USP
- **Katleem Marla Pires de Lima - Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - Coordenadora do Combate ao Trabalho Infantil da Superintendência Regional do Trabalho de Goiás;**

- Alice Voronoff - Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT;
- Mariana de Sousa Machado Neris - Diretora do Departamento de Proteção Social Especial do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS;
- Marinalva Cardoso Dantas - Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA;

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RDH 81/2017, Senadora Marta Suplicy e outros
- RDH 105/2017, Senadora Marta Suplicy e outros

Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s): PLS [231/2015](#), Senador Valdir Raupp.
Resultado: realizada. Veja [aqui](#).

Dia 04/10/2017, quarta-feira, às 11h – plenário 19

EXTRAPAUTA

ITEM 12 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 136 de 2017 - Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, para debater “Tutela Necessária do Meio Ambiente do Trabalho (saúde e segurança)”.

Autoria: Senador Paulo Paim

Resultado: Aprovado. A Anamatra receberá convite para participar da audiência.

ITEM 13 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 137 de 2017 - Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, para debater “**Formas inaceitáveis de trabalho (trabalho escravo, trabalho infantil, trabalho indigno, trabalho intermitente e outras)**”.

Autoria: Senador Paulo Paim

Resultado: Aprovado. A Anamatra indicou para participar da audiência a vice-presidente, Noemia Porto.

(PARA CONHECIMENTO)

ITEM 14 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 139 de 2017 - Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para debater “A redução da maioria penal e suas consequências”.

Autoria: Senador Paulo Paim

Resultado: Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ)

Dia 04/10/2017, quarta-feira, às 10h – plenário 03

ITEM 34 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 116, de 2017 – Complementar - Não Terminativo - Regulamenta o art. 41, § 1º, III, da Constituição Federal, **para dispor sobre a perda do cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável.**

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário às Emendas nº 1 e 2.

Resultado: **Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 13-CCJ (Substitutivo) e contrário às Emendas nºs 1 a 12. Matéria vai à CAS.**

EXTRAPAUTA

ITEM 38 - MENSAGEM (SF) Nº 62, de 2017 - Não Terminativo - Submete, nos termos do art. 111-A, da Constituição Federal, o nome do Senhor **BRENO MEDEIROS**, para exercer o cargo de **Ministro do Tribunal Superior do Trabalho**, na vaga reservada a Desembargador, decorrente da aposentadoria do Ministro Antônio José de Barros Levenhagen.

Autoria: Presidência da República

Relatório: Pronto para deliberação

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado

Resultado: A Presidência concede vista coletiva, automaticamente, nos termos regimentais.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE)

Dia 03/10/2017, quarta-feira, 10h – plenário 19

ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 471, de 2011 - Terminativo – Dispõe sobre a restituição de contribuição social a que se refere o § 2º do art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências.

Autoria: Senador Fernando Collor

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pela rejeição do projeto.

Observações: A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto.

Resultado: O relator, Senador José Pimentel, apresenta relatório reformulado pela aprovação do projeto com uma emenda. A comissão aprova o projeto e a emenda nº 1 CAE, por 14 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Apreciada em decisão terminativa pelas comissões, será aberto prazo para recurso, caso não haja, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

CONTROLE DE PROPOSIÇÕES

[PLS 370/2017](#)

Ementa: Modifica a redação do art. 878 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para restaurar a redação anterior à adotada na Lei nº 13.647, de 13 de julho de 2017.

Autor: Senador Paulo Paim

Data: 03/10/2017

TRAMITAÇÕES

[PLS 490/2011](#) - Ementa: Reduz as alíquotas da contribuição previdenciária patronal de que tratam os incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Andamento: ao Gabinete do Senador Acir Gurgacz para relatar a matéria.

[PLS 627/2015](#) - Ementa: Acrescenta art. 5º-A à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para disciplinar as **horas extraordinárias no trabalho rural**.

Andamento: A Presidente da Comissão, Senadora Marta Suplicy, designa a Senadora Ana Amélia Relatora da matéria, na CAS.
